

Diplomacia económica

## **A componente económica da actividade diplomática**

António Gamito

A crescente globalização, juntamente com o alargamento da União Europeia, coloca novos desafios à economia portuguesa, o que requer a criação de mecanismos e metodologias que permitam a coerência e a coesão da acção externa de Portugal. A economia portuguesa encontra-se numa encruzilhada estratégica. Os desafios colocados por uma globalização crescente dos mercados e pelo alargamento da União Europeia representam oportunidades que podem também transformar-se em ameaças se não se adoptar um novo modelo de crescimento, assente na aceleração do aumento do nível de produtividade e de competitividade. Isso passa, fundamentalmente, pelo desenvolvimento de reformas estruturais no campo das políticas públicas e das estratégias empresariais, tendo em vista o aumento do valor das exportações da economia portuguesa.

No campo das políticas públicas, cabe ao Governo prosseguir esforços no sentido de reforçar a estabilidade do quadro macroeconómico, implementar medidas estruturais, promover a competitividade, inovar e articular os instrumentos de apoio, directo ou indirecto, à internacionalização das empresas, e estreitar a colaboração entre a administração pública e os agentes económicos para responder aos desafios da internacionalização da nossa economia. Por outro lado, o desenvolvimento económico de Portugal depende, também, da renovação estratégica das nossas empresas, traduzida na sua capacidade em oferecer bens e serviços concorrenciais em termos de custos, de qualidade, de diferenciação e de inovação.

A combinação de políticas públicas com novas estratégias empresariais é fundamental para o desenvolvimento de um ambiente geral favorável à exportação de bens e serviços e à captação de investimento directo estrangeiro, a promover num quadro de factores exógenos que nos beneficia. As relações económicas de Portugal estão concentradas nos países da União Europeia. Como Estado membro da União, nosso principal parceiro comercial a nível mundial, Portugal dispõe de uma maior capacidade de intervenção nos fenómenos da globalização do comércio e do investimento, o que representa uma vantagem política e económica no seu relacionamento internacional.

Para além da União Europeia, a presença portuguesa em quase todas as partes do mundo exige que tenhamos uma intervenção superior à de muitos países com a nossa dimensão e capacidade económica. Deverão, por isso, intensificar-se os esforços para que as nossas relações económicas com os países da América do Sul, da África e da Ásia correspondam ao nosso contacto diferenciado com aquelas zonas.

Por outro lado, a língua portuguesa é um elemento de estruturação de uma relação afectiva, definindo um espaço de cultura e de convivalidade próprio. Congregadora de países e de comunidades, independentemente da sua inserção geográfica, constitui um veículo natural e privilegiado para o aprofundamento de interesses concretos de natureza comercial e económica.

Finalmente, a presença de significativas comunidades portuguesas e de luso-descendentes em todas as zonas do mundo, o seu dinamismo e a sua conhecida capacidade empreendedora, constituem um importante instrumento para a promoção de bens e serviços portugueses nos diferentes países de inserção. Na dinamização e na valorização da componente económica da diplomacia o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através dos serviços e organismos centrais e das representações diplomáticas e consulares, tem tido e continua a ter um papel chave na defesa, na afirmação e na promoção dos interesses de Portugal no exterior, quer no plano das relações Estado a Estado, quer no âmbito da União Europeia e das organizações multilaterais, quer ainda no contexto do apoio à exportação de bens e serviços das empresas portuguesas, à captação de investimento directo estrangeiro e de novos fluxos de turismo.

Não obstante, importa agora definir novos mecanismos e criar novas metodologias de trabalho adequadas às exigências colocadas pela globalização crescente dos mercados e pelo alargamento da União Europeia, que permitam a racionalização da nossa presença no exterior, evitando duplicações e desperdício de recursos, e uma maior coerência e coesão da acção externa do Estado, nomeadamente na componente económica da diplomacia.

A estreita coordenação com outros departamentos do Estado, nomeadamente com o Ministério da Economia, e com os novos organismos que são o ICEP renovado e a Agência Portuguesa para o Investimento é, assim, fundamental. O dimensionamento, a articulação das estruturas e a operacionalidade dos mecanismos da diplomacia económica

dependem da definição e da programação de objectivos, da determinação de competências e da identificação dos recursos necessários.

Qual é a mais valia do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos seus funcionários na componente económica da diplomacia? Sintetizando as palavras do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, proferidas no Seminário Diplomático sobre Diplomacia Económica, realizado no passado dia 6, essa mais valia concentra-se em cinco eixos principais. Em primeiro lugar, informando as novas estruturas da Diplomacia Económica, relatando o que se passa na política, na economia, e na sociedade de um país; identificando as restrições e entraves locais ao comércio e investimento externos; avaliando politicamente o risco de investimento; ajudando e explorando oportunidades de negócio e detectando novas tecnologias.

Em segundo lugar, promovendo e divulgando o perfil de Portugal, desenhado especificamente para cada mercado-alvo, através da colocação de bens e serviços portugueses, da captação de investimentos e da atracção de turismo. Depois, activando canais de comunicação e influenciando, tendo em vista o acompanhamento das empresas portuguesas; a estruturação de um lobby português; o envolvimento dos agentes económicos da comunidade portuguesa local; a dinamização dos contactos com os media, Câmaras de Comércio, Associações Empresariais e outros agentes da sociedade civil económica.

Ainda negociando a defesa dos interesses portugueses em sectores prioritários para as nossas exportações, no âmbito da definição das posições da União Europeia, principalmente no domínio comercial e no quadro da OMC; no futuro enquadramento financeiro da União Europeia, que disponibilize fundos suficientes para as reformas estruturais e para a coesão em favor dos actuais Estados membros, bem como dos países candidatos, evitando que o próximo Quadro Comunitário de Apoio sofra reduções drásticas que não deixariam de afectar os apoios à reforma estrutural e à internacionalização do sector empresarial português; no aproveitamento dos instrumentos comunitários de assistência técnica e financeira aos países candidatos, mecanismos importantes para a penetração das empresas nacionais naqueles mercados; na definição dos regimes jurídicos a que ficam sujeitas as relações de parceria, associação e cooperação entre a União Europeia e países terceiros ou organizações regionais, através da nossa participação nos órgãos comunitários, valorizando a nossa acção; na colocação de funcionários portugueses nos centros de decisão da economia internacional; na

promoção de Acordos no domínio económico que facilitem a promoção de bens e serviços, como sejam as Convenções para Evitar a Dupla Tributação, Acordos de Promoção e Protecção de Investimentos, Acordos de Cooperação Económica e Técnica, Acordos no domínio do Turismo, Acordos Aéreos, etc.; na assistência à regularização de dívidas ao Estado e a empresas portuguesas; e no desenvolvimento de programas de cooperação, cuja execução envolva bens e serviços nacionais e potencie parcerias.

Finalmente, executando estratégias. Para o efeito, e em articulação com os outros mecanismos da nova diplomacia económica, uma programação por objectivos adequará as fórmulas de actuação e os respectivos recursos com os alvos a atingir. A definição de prioridades em termos de actuações concretas, em mercados existentes ou potenciais, por intermédio de instrumentos disponíveis ou a desenvolver é, assim, fundamental.

A conjugação de vários factores – políticas públicas, estratégias empresariais, modelo e mecanismos de diplomacia económica, programação por objectivos – que estão a ser objecto de definição e implementação, associada à nossa inserção no processo de globalização dos mercados, à nossa integração na União Europeia e à nossa presença específica no mundo, não deixarão de constituir um desafio motivador para quem, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, trabalha a componente económica da diplomacia.